

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.905 - SP (2018/0274237-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO ROBERTO ALVES  
**ADVOGADO** : LUIZ ANTÔNIO TORCINI E OUTRO(S) - SP095708  
**AGRAVADO** : JULIO JOSE DE SOUSA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ROBERTO CALANDRINO - SP091530  
LUIS ANTONIO MORAIS MONTEIRO E OUTRO(S) - SP229563  
**INTERES.** : SONILDO DE JESUS OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : LISMEIA GOMES CARDOSO OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP327876  
**INTERES.** : ELICIARIO GONCALVES CRUZ  
**ADVOGADO** : JUSTINIANO APARECIDO BORGES E OUTRO(S) - SP107585

### EMENTA

LOCAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE SUSPENSÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO NCPC DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. SÚMULA Nº 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 150 DO CC/02 . SÚMULA Nº 282 DO STF. CONCLUSÕES DO ARESTO ESTADUAL ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE SE SUSPENDER O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ALICERÇADAS NAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DA LIDE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

### DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que JÚLIO JOSÉ DE SOUZA (JÚLIO) ajuizou ação de despejo por falta de pagamento contra FRANCISCO ROBERTO ALVES (FRANCISCO ).

Iniciada a fase de cumprimento provisório de sentença FRANCISCO pediu a sua suspensão o que lhe foi negado pelo juiz singular.

FRANCISCO interpôs agravo de instrumento ao qual foi negado provimento conforme acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE DESPEJO RECURSO DE APELAÇÃO EFEITO DEVOLUTIVO EXCEPCIONALIDADE NÃO JUSTIFICADA PARA CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ - Não justificada a excepcionalidade da concessão de efeito suspensivo ao apelo contra a decisão na ação de despejo exceção ao artigo 58, inciso V, da Lei n. 8.245, de 1991. Carência de*

# Superior Tribunal de Justiça

*elementos capazes de infirmar a regra da Lei de Locações;  
- Adoção dos argumentos de agravo interposto pelo corréu, com conteúdo e objeto idênticos litigância de má-fé 5% sobre o valor da causa.*

**RECURSO IMPROVIDO** (e-STJ, fl. 213).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 253/255).

FRANCISCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegou violação dos arts. 525, § 1º, III, 1022 do NCPC; 150, *caput*, do CC/02, pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) *error in iudicando* do acórdão recorrido ao entender que o recorrente pretendeu a suspensão do cumprimento de sentença, quando na verdade a intenção foi o reconhecimento da inexecutibilidade da sentença; (3) inexigibilidade e inexistência do título executivo em que se funda o despejo.

Sem contrarrazões.

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não se verificar ofensa ao art. 1022 do NCPC; (2) não ter sido demonstrada a infringência dos preceitos arrolados; (3) se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

FRANCISCO ingressou com agravo em recurso especial sustentando (1) que o recurso atende aos requisitos de admissibilidade; (2) ficou comprovada a infringência dos artigos indicados; (3) não se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

Não foi apresentada contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da negativa de prestação jurisdicional

No particular verifica-se que o recorrente FRANCISCO limita-se a

# *Superior Tribunal de Justiça*

alegar que apresentou os embargos de declaração *com fito de sanar da omissão epigrafada neste, bem como prequestionar a matéria tida como infringente* colacionando dois precedentes e finalizando com a afirmação no sentido de que *com a rejeição dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, não houve esclarecimento da matéria omitida no decisum* (e-STJ, fl. 260/263).

Portanto, não foi devidamente fundamentada a dita violação do art. 1022 do NCPC, pois o recorrente não cuidou de demonstrar quais os pontos omissos e/ou contraditórios do acórdão impugnado tampouco, disse qual a necessidade e relevância do seu enfrentamento, de modo a ficarem caracterizados os supostos vícios alegados.

Evidenciada a deficiência no desenvolvimento de uma fundamentação coerente e lógica acerca da infringência legal apontada, impõe-se a aplicação da Súmula nº 284 do STF.

## (2) Dos arts. 150 do CC/02 e 525, § 1º, III, do NCPC

Assim ficou consignado no acórdão estadual:

*Trata-se na origem de cumprimento provisória de sentença proferida no julgamento conjunto dos processos de ação de despejo por falta de pagamento (mº 0003729-48.2011.8.26.0002), ação anulatória de escritura pública (nº 0054051-09.2010.8.26.0002), ação de consignação de pagamento (nº 0071458- 91.2011.8.26.0002), ação de anulação de contrato de locação (nº 0038533-08.2012.8.26.0002) e oposição ao despejo (nº 0031513-97.2011.8.26.0002).*

*Houve recurso de apelação, que não foi recebido com efeito suspensivo, a partir da decisão do agravo de instrumento nº 2186101-92.2015.8.26.000, desta Relatora.*

*Nos agravos de instrumento nº 2015494-75.2017.8.26.0000 e 2031447-79.2017.8.26.0000, todas desta Relatora, foram proferidas as seguintes decisões:*

*(...)*

*Para tanto, reitero os argumentos esposados pela Turma Julgadora naqueles recursos.*

*A decisão da R. Primeira Instância deve ser prestigiada, porque corresponde ao texto de lei, ausente qualquer excepcionalidade capaz de permitir o entendimento esposado pelo recorrente.*

*Inafastável o teor do artigo 58, inciso V, da Lei n. 8.245, de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

1991 (nas ações de despejo “os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo”). A excepcionalidade da concessão de efeito suspensivo ao recurso não se mostrou justificada pela reiteração dos argumentos que amparam a apelação.

O alegado vício desde a citação já foi objeto de decisão desta Turma Julgadora que refutou os argumentos reiterados pelo recorrente, imputando-lhe, inclusive, multa por litigância de má-fé pela tentativa de alterar a verdade dos fatos. O agravante, no entanto, insiste na referida tese para tentar obter efeito contra legem ao recurso de apelação que interpôs. Deste modo, não se justifica a adoção de rito excepcional, esvaziada qualquer verossimilhança capaz de alterar a regra da Lei de Locações.”

Logo, impositiva a imediata prevalência da decisão hostilizada, seja com base nesta decisão ou com base naquelas proferidas nos agravos números:

2230323-48.2015.8.26.0000 e 2186101-92.2015.8.26.0000.

Destaca-se que este é o terceiro recurso manejado pelo agravante com o mesmo conteúdo e objeto, cuja pretensão é a atribuição do efeito suspensivo à ação de despejo o que lhe foi negado em todas as oportunidades.

Logo, diante da não observância dos deveres inerentes às partes, preconizados no art. 77 do NCPC, notadamente pelo inciso IV, fixo multa de 5% sobre o valor da causa, nos termos do art. 77, § 2º do NCPC (e-STJ, fls. 213/216).

E nos embargos de declaração, consignou a Corte local que:

O pedido de declaração de inexigibilidade do título judicial tem a mesma causa de pedir e fundamentos dos demais recursos manejados pelo agravante/embargante, de modo que não há contradição no julgado, tampouco error in iudicando. Esclarece-se que o pedido do agravante foi nesses termos: “requer seja recebido, processado e conhecido o presente agravo de instrumento cumulado com pedido de liminar para conceder o efeito suspensivo para fins de sobrestar o cumprimento da execução provisória de despejo e, ao final, julgar extinto o processo executivo, em razão da inexigibilidade da sentença proferidas em sede de despejo por falta de pagamento (e-STJ, fl. 255).

Dos termos do acórdão combatido, pode-se concluir que (1) não ocorreu o prequestionamento do art. 150 do CC/02, incindindo a Súmula nº 282 do STF;

# *Superior Tribunal de Justiça*

(2) as conclusões do aresto estadual acerca da impossibilidade de se emprestar o efeito suspensivo requerido pelo ora agravante FRANCISCO, encontram-se firmadas nas provas e circunstâncias fáticas da lide e a sua revisão na via eleita é obstada pela Súmula nº 7 do STJ, que veda a reapreciação de matéria fática.

Nessas condições, **CONHEÇO** ao agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator

